



Idosos se mobilizam contra limite para a meia-entrada

Segundo Paulo Paim, proposta é violência contra Estatuto do Idoso e, mesmo aprovada na Câmara, não passará no Senado

O projeto que fixa em 40% o número de ingressos reservados à meia-entrada para espetáculos artísticos, culturais e esportivos foi criticado, com faixas e cartazes, por manifestantes que acompanharam ontem audiência na Comissão de Direitos Humanos. O debate tratou da situação da pessoa idosa na luta pela cidadania. **3**



Audiência na Comissão de Direitos Humanos debateu assuntos de interesse do idoso, como fator previdenciário, desaposentadoria e desconto de 50% em eventos

João Cruz/Agência Senado

Congresso lembra os 70 anos da CLT

Na sessão dedicada ao aniversário da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), parlamentares, sindicalistas e

especialistas em Direito criticaram as tentativas de flexibilização das normas trabalhistas. **2**



Senadores, deputados e sindicalistas festejam 70º aniversário da legislação durante sessão especial do Congresso

Alvo de críticas, implementação do Código Florestal será debatida na CMA **8**

CCT analisa proposta de rastreamento de pessoas pela rede de telefonia celular **8**

Plano Nacional de Educação está na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos **7**

Sabatina de diplomatas indicados para embaixadas **6**



Senado deve analisar hoje voto de pesar pela morte do jornalista

Instituto Millenium

especial
Cidadania

Web chega aos 20 anos com destaque para o Brasil

Cientista britânico considerado o "pai da internet" diz que o país está na vanguarda com o marco civil em tramitação no Congresso, duas décadas depois de a tecnologia da rede se tornar pública. **4 e 5**



Técnico visita a Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear (Cern), na Suíça, que liberou o uso da internet em 1993

Maximilian Birey/CERN

Senadores elogiam trajetória de Civita

A história do empresário e jornalista Roberto Civita, que morreu domingo, foi lembrada em Plenário. **7**

Aos 70 anos, CLT recebe homenagem do Congresso

Na sessão, parlamentares, sindicalistas e especialistas em Direito Trabalhista criticaram tentativas de flexibilizar leis laborais; para o presidente do TST, reduzir direitos é desrespeitar o trabalho humano

A HOMENAGEM DO Congresso Nacional aos 70 anos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ontem, foi marcada por críticas às tentativas de flexibilização da legislação trabalhista.

Para o senador Paulo Paim (PT-RS), as iniciativas vêm “travestidas” de um discurso de modernização e de aumento da competitividade da economia, quando na verdade são propostas de precarização da situação dos empregados. O mesmo protesto foi feito pelos sindicalistas presentes à cerimônia, como o presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, Ubiraci Dantas de Oliveira. Ele disse que “todo santo ano aparece alguém que quer acabar com a nossa CLT, com argumentos os mais estapafúrdios possíveis”.

— Um exemplo: dizem que se não tirarem os direitos dos trabalhadores, as empresas vão à falência por não aguentar a carga tributária. Mas o que faz as empresas falirem são as altas taxas de juros — disse.

O presidente do Tribunal



Paulo Paim (2º à esq.) preside a sessão especial do Congresso pelos 70 anos da CLT

Superior do Trabalho (TST), Carlos Alberto Reis de Paula, ressaltou que a CLT precisa ser atualizada, “mas jamais flexibilizada”.

— A flexibilização das normas trabalhistas significa, em última instância, o mais profundo desrespeito ao valor máximo da República Federativa do Brasil, qual seja, o trabalho humano.

Fator previdenciário

Na avaliação do presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Paulo Schmidt, “a valorização do trabalho humano precisa de instrumentos, e esses

instrumentos estão na CLT”.

Outro item criticado na cerimônia foi o fator previdenciário. Fernando Collor (PTB-AL) declarou “que isso é uma das maiores anomalias e um dos maiores ataques já feitos aos interesses do trabalhador”. Ao reduzir o valor a ser pago a quem se aposenta mais cedo, um dos objetivos é diminuir as despesas da Previdência e, ao mesmo tempo, desestimular aposentadorias precoces.

— Não podemos misturar equilíbrio de caixa da Previdência com o direito do trabalhador. Não, isso é um outro assunto, que deve ser discutido em outra esfera — disse Collor.

“Lei continua impressionantemente atual”

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) declarou durante a sessão especial que a legislação tem uma “importância inegável não apenas por ser um marco jurídico formal do ponto de vista dos direitos trabalhistas, mas também porque, depois de 70 anos, continua impressionantemente atual”.

— Ela prevê a irredutibilidade dos direitos sociais frente à economia, em nome da valorização do trabalho e do respeito à dignidade humana.

Fernando Collor disse que 1943, quando foi criada a CLT, “marca o início do respeito das relações trabalhistas no Brasil”. Ele lembrou que o avô, Lindolfo, participou da



Mozarildo Cavalcanti, Fernando Collor e Cristovam Buarque na sessão especial

Revolução de 1930 com Getúlio e foi o primeiro ministro do Trabalho do país.

— Como neto de Lindolfo Collor, sinto-me orgulhoso de trazer em meu DNA o compromisso com o trabalhismo — afirmou o parlamentar.

Lindolfo Collor também foi citado pelo senador Cristovam

Buarque (PDT-DF), que o classificou como o “grande artífice da CLT”.

Cristovam defendeu um projeto de lei de sua autoria: a cada sete anos de trabalho, o empregado teria direito a licença para se aprimorar.

— O aprimoramento da CLT aconteceria pelo aprimoramento dos trabalhadores.

Flexibilizar norma é retrocesso, diz Paim

Paulo Paim (PT-RS) criticou os pedidos de flexibilização da CLT. Para ele, é preciso avançar, nunca retroceder nos direitos garantidos.

— Querer revogar a CLT ou querer criar o tal de Simples trabalhista, ou o contrato eventual ou por hora de trabalho, ou avançar na terceirização ou flexibilizar [as leis] é retroceder em relação à política de direitos humanos.

Se nós queremos ter trabalho com dignidade, é preciso que a CLT seja a base e dali para cima possamos negociar outros avanços.

A afirmação do senador foi feita durante pronunciamento no Plenário, quando ele comentava a sessão de homenagem aos 70 anos da Consolidação das Leis do Trabalho.

— A CLT, como eu digo

sempre, cumpre um papel fundamental na relação empregado e empregador. É ela que baliza, que busca o equilíbrio — assinalou o parlamentar.

Como exemplo, Paim contou que, nos países desenvolvidos que abriram mão dos direitos dos trabalhadores, o desemprego hoje está em torno de 27%. No Brasil, o desemprego é de 4,2%.

Congresso pode fazer leitura de vetos presidenciais hoje

O Congresso Nacional tem sessão marcada para hoje, às 20h, para leitura de vetos presidenciais. Segundo anunciou na semana passada o presidente do Senado, Renan Calheiros, também deve ser declarada a prejudicialidade de vetos antigos relativos a matérias vencidas, como orçamentos já executados. Estima-se que mais da metade dos 3 mil vetos acumulados estejam nessa situação.

Reunião de líderes partidários, a ser marcada, deve estabelecer uma pauta para a apreciação dos vetos remanescentes.

Senado lança site de busca de temas legislativos

O Senado lança hoje o BuscaLeg, ferramenta que permite a pesquisa nos portais legislativos de todo o país. Desenvolvido em software livre, o sistema — uma espécie de “Google legislativo” — reúne os resultados em um só ambiente. O endereço é busca.interlegis.leg.br.

Diferentemente dos sites de busca comuns, o BuscaLeg procura a informação desejada em 400 sites selecionados previamente, utilizando os buscadores de cada um deles e organizando as respostas de modo a facilitar o trabalho do internauta.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após as 18h de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO: Diploma José Ermirio de Moraes

11h Entrega do Diploma José Ermirio de Moraes a Francisco Dias Branco, José Alexandre dos Santos e Robson Andrade. A sessão deliberativa, às 14h, tem a pauta trancada por duas MPs.

PRESIDÊNCIA: Indicado ao STF

10h Renan Calheiros participa do lançamento do portal BuscaLeg; às 11h, recebe Luis Roberto Barroso, indicado ao STF. Em seguida, participa de sessão para entrega do Diploma José Ermirio de Moraes; às 12h30, recebe o procurador-geral da República, Roberto Gurgel; às 15h, participa de solenidade de entrega do Prêmio Dr. Pinotti. Às 16h, preside a ordem do dia e, às 20h, sessão do Congresso.

CONGRESSO: Vetos presidenciais

20h O Congresso faz sessão para a leitura de vetos presidenciais no Plenário da Câmara.

CMA: Controladoria-Geral e Código Florestal

8h30 Audiência pública debate relatórios da Controladoria-Geral da União. Em seguida, votação de requerimento de audiência pública sobre o Código Florestal.

CDH: Ribeirinhos e Exército

9h Debate sobre a retirada de ribeirinhos de área do Exército na Amazônia. Entre os convidados, o chefe do Estado-Maior do Comando Militar da Amazônia, José Jaborandy Junior.

CCT: Registro da produção científica

9h Na pauta da Comissão de Ciência e Tecnologia, projeto que dispõe sobre o processo de registro da produção técnico-científica pelas instituições de educação superior.

CAE: Diretrizes para a educação

10h Comissão analisa o Plano Nacional de Educação, entre outras propostas.

CE: Legislação antidoping

11h Para requerer a Bolsa-Atleta, o postulante não poderá ter violado regras antidoping por, no mínimo, dois anos. Projeto está na pauta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

CRE: Indicados para embaixadas

14h Sabatina dos diplomatas Demétrio de Carvalho para o cargo de embaixador no Cazaquistão; Marcus de Vincenzi, na Dinamarca; e André Azevedo dos Santos, na Libéria.

CMO: Ministra do Planejamento

14h30 Audiência com a ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, para debater o projeto com as diretrizes para a Lei Orçamentária de 2014.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das

sessões no **Plenário**:

<http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das

sessões nas **comissões**:

<http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Assuntos Econômicos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 8h30, **audiência pública da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor**; às 11h, **reunião da Comissão de Educação e Cultura**. E, às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

Durante audiência na Comissão de Direitos Humanos, manifestantes condenam projeto que contraria Estatuto do Idoso e reclamam direitos das pessoas com mais de 60 anos

Idosos protestam contra limite a meia-entrada

O PROJETO QUE fixa em 40% o número de ingressos reservados à meia-entrada para espetáculos artísticos, culturais e esportivos foi criticado, com faixas e cartazes, por manifestantes que acompanharam audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

O projeto (PLS 188/2007) contraria o artigo 23 do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003), que garante a todas as pessoas com 60 anos ou mais a meia-entrada nesses eventos.

A proposta, do então senador Eduardo Azeredo, tramita na Câmara dos Deputados e deve chegar ao Senado nos próximos dias. Paulo Paim (PT-RS), que solicitou e presidiu a audiência pública de ontem na CDH, afirmou que o Senado não deve aprovar a medida.

— Não é uma posição de governo, muito menos dos senadores. Se não é uma posição de governo, e aqui governo tem a maioria, e não é posição dos senadores, não tem sentido nós permitirmos essa violência contra o Estatuto do Idoso — afirmou Paim.

Os participantes da audiência também defenderam outros direitos das pessoas idosas, como o fim do fator previdenciário e o instituto da desaposentadoria.

Paim defendeu uma política de valorização do benefício do aposentado e do pensionista, tal como foi feito com o salário mínimo. Sobre o fator previdenciário, disse que é uma lei do governo anterior ao atual e que é “tão perversa que o nosso governo deveria bater no peito e dizer: nós vamos derrubar essa proposta”.



Em audiência sobre a pessoa idosa na luta pela cidadania, participantes se manifestam contra proposta que limita o número de ingressos com 50% de desconto

Aposentados criticam fator previdenciário

Para o presidente da Associação de Aposentados, Pensionistas e Idosos do Distrito Federal, Florêncio Pimenta, o fator previdenciário é a mais triste realidade dos idosos. Introduzido em 1999, o fator multiplicativo é aplicado aos benefícios previdenciários, levando em conta o tempo de contribuição, a idade do segurado e a expectativa de vida. A finalidade é desestimular aposentadorias precoces.

— O fator previdenciário tira do trabalhador que se aposenta 40%, e da trabalhadora, que tem uma expectativa de vida maior, tira até 50%. Falo isso com convicção. A minha mulher, que começou a trabalhar com 15 anos e se aposentou com

49, teve 48,5% de redução do salário — relatou Pimenta.

O secretário de Políticas de Previdência Social, Leonardo Guimarães, representando o ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, afirmou que a Previdência não está quebrada. No entanto, há preocupação com o futuro, já que a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é de que, em 2050, a população idosa chegará a 64 milhões de pessoas.

Segundo o secretário, o resultado de março de 2013, acumulado em 12 meses, mostra um superávit de R\$ 21,7 bilhões na previdência urbana. No entanto, a previdência rural, que é um

sistema semicontributivo, apresenta um déficit de R\$ 67,2 bilhões.

Guimarães reconheceu o fator previdenciário como um problema, mas afirmou que se o mecanismo é ruim, “pior seria se ele acabasse”.

— Se, simplesmente, se extinguir o fator previdenciário, nós teremos um aumento grande nas despesas da Previdência, além de criarmos uma injustiça com aquele aposentado que espera e que se aposenta numa idade mais elevada — afirmou.

O senador Paulo Paim, no entanto, defendeu o fim do fator previdenciário, afirmando tratar-se da “pior lei criada depois da ditadura militar”.

Paim destaca que Orçamento prevê a desaposentadoria

Para Paim, o instituto da desaposentadoria pode ser usado para combater o fator previdenciário. Atualmente só conseguida por meio de ações na Justiça, a desaposentadoria se dá quando o aposentado continua trabalhando e contribuindo com o INSS e renuncia a essa aposentadoria para pedir uma nova, levando em conta os novos pagamentos.

— O instituto da desaposentadoria é um gatilho que está armado contra o fator. Eu fiz parte da Comissão de Orçamento e sei que já estão previstas, inclusive, verbas para isso — afirmou o senador.

Paim disse ainda que o governo não terá gastos, porque o dinheiro usado será o da contribuição do trabalhador.

Benefício de Prestação Continuada poderá começar aos 60 anos



A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vota amanhã, em caráter terminativo, projeto (PLS 279/2012) que garante ao idoso que não tenha condição de prover a própria subsistência, nem de tê-la provida por sua família, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) de um salário mínimo, a partir dos 60 anos. Atualmente, o benefício, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), é pago a idosos acima de 65 anos.

A redução na idade dos beneficiários foi proposta por Cyro Miranda (PSDB-GO) e tem relatório favorável de Ana Amélia (PP-RS).

Entraves à adoção de crianças serão tema de audiência pública



Os entraves legais à adoção de crianças serão discutidos em audiência da Comissão de Direitos Humanos (CDH) amanhã. A audiência pública foi solicitada por Ana Rita (PT-ES), por sugestão do grupo de apoio à adoção De Volta Para Casa. A entidade busca soluções para o abandono de crianças e adolescentes por meio do incentivo à adoção. A mãe adotiva Sandra Amaral, presidente do grupo, é uma das convidadas da audiência.

Os dados mais recentes mostram que 5.426 crianças esperam um lar no país. O número de famílias interessadas em adotar é de 29.440.

Expulsão de ribeirinhos de área do Exército na Amazônia será debatida



A CDH realiza audiência hoje, às 9h, para debater a retirada de ribeirinhos de área adjacente ao Centro de Instrução de Guerra na Selva, em Manaus. O autor do requerimento da audiência, João Capiberibe (PSB-AP), argumenta que a demanda do Exército, se atendida pela Justiça, provocará o desalojamento de cerca de mil famílias, totalizando 5 mil pessoas, distribuídas por 20 comunidades. O senador diz que o centro, criado em março de 1964, ocupa 1 milhão de metros quadrados. A área foi cedida ao Exército pelo governo estadual, sem compensação aos moradores.

Alvaro quer explicação do presidente da Caixa sobre Bolsa Família



Alvaro Dias (PSDB-PR) protocolou ontem requerimento convidando o presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Fontes Hereda, a dar explicações no Senado sobre possíveis irregularidades na liberação de recursos do Bolsa Família. O parlamentar quer saber por que a instituição alterou, sem aviso prévio, o calendário de pagamentos do benefício, pouco antes dos boatos sobre o fim do programa.

O senador informou ainda que protocolou, na Procuradoria-Geral da República, representação para apurar responsabilidades criminais.

Wellington pede prioridade para combate às drogas



Wellington Dias (PT-PI) apontou, ontem, a necessidade de os senadores tratarem com prioridade a proposta que altera a política sobre drogas. O Projeto de Lei 7.663/2010, aprovado na Câmara quinta-feira, prevê, entre outros pontos, a internação involuntária de usuários de drogas e o aumento da pena mínima para traficantes.

Wellington ressaltou que o Brasil é um país de 200 milhões de habitantes, em que cerca de 2 milhões têm dependência de alguma droga. O senador destacou a necessidade de o governo brasileiro ter uma política preventiva antidrogas.

Brasil se destaca nos 20 anos da

Projeto de marco civil em discussão no Congresso recebe elogios do “pai da internet” — cientista de instituto que há duas décadas abriu para domínio público e livres de royalties as tecnologias da rede — enquanto o país enfrenta o desafio de democratizar o acesso com banda larga

Marcio Maturana

A WEB PÚBLICA completou 20 anos em 30 de abril, e duas semanas depois o “pai” da aniversariante veio ao Brasil dizendo que o país está na vanguarda da legislação sobre internet. O cientista britânico Tim Berners-Lee participou da World Wide Web Conference 2013, no Rio de Janeiro, onde 1.097 participantes de 46 países debateram presente e futuro da rede. Em 1993, na Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear (Cern), na Suíça, Berners-Lee publicou um documento que tornou as tecnologias da web de domínio público e livres de royalties. Para comemorar o aniversário, a Cern recuperou o endereço original do primeiro site da história (1992): <http://info.cern.ch/hypertext/WWW/TheProject.html>.

No Rio, Berners-Lee declarou apoio ao projeto de Marco Civil da Internet (PL 2.126/2011), que está

A Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear, na Suíça, liberou para uso público as tecnologias da internet em 1993

pronto para ser votado na Câmara antes de chegar ao Senado. Ao lado do deputado Alessandro Molon (PT-RJ), relator da proposta, o cientista incentivou os brasileiros a pressionarem para que a votação comece logo. Segundo ele, o Brasil está à frente dos demais países porque a proposta parte da perspectiva de direitos humanos. O ministro da Ciência e Tecnologia, Marco Antonio Raupp, também participou da conferência e reforçou o apoio.

O projeto trata de direitos do usuário da web, com regras gerais para funcionamento. Molon disse que a votação na Câmara ainda não aconteceu devido

a resistência de alguns grupos, em especial de provedores de internet. Segundo o deputado, o marco civil será o primeiro passo, de onde virão outras leis sobre áreas específicas, como comércio eletrônico.

— Parte dos aspectos civis estão sendo propositalmente deixados de fora, como o direito autoral, para outra legislação específica — explica Igor de Freitas, consultor do Senado.

Ficam fora do marco civil questões penais, por exemplo. Elas serão tratadas em leis próprias, como a 12.737/2012, conhecida como Lei Carolina Dieckmann, que entrou em vigor no mês passado

estabelecendo prisão de até um ano, mais multa, a quem invadir computadores, smartphones ou tablets para acessar dados sigilosos sem autorização ou disseminar vírus. A tramitação do projeto foi acelerada no Congresso devido a episódio que envolveu a atriz que batizou a lei: hackers acessaram o computador dela e publicaram na rede fotos em que aparecia sem roupa.

As duas principais questões tratadas no marco civil, disse Freitas, são a qualidade do serviço e o uso de dados pessoais de navegação. Ele explica que o direito à privacidade conflita com os interesses da livre iniciativa para fins comerciais: grandes serviços on-line, como Google e Yahoo, têm boa parte das receitas vindas da venda dos dados dos usuários ao mercado corporativo. Freitas lembra que a cobrança por serviços básicos na internet acabou, pois o lucro vem das informações geradas pelo próprio usuário.

Apesar da importância dos temas apontados por Freitas e



Berners-Lee, no Rio, incentiva brasileiros a r

do entusiasmo do “pai da web”, o projeto de marco civil sofre críticas. O pesquisador de Ciência e Tecnologia da Universidade de Brasília (UnB) Marcello Barra diz que o texto deveria priorizar a universalização do acesso.

— Do jeito que o projeto está, consagra a exclusão digital e aumenta a exclusão social. Tinha que começar com a democratização do acesso, não com as relações comerciais. Na verdade, é um marco anticivil.

O pesquisador enfatiza a necessidade de democratização do acesso para fortalecimento da democracia pela liberdade de informação. Para exemplificar, lembra que semana passada a Comissão da Verdade informou que em 1993 a Marinha mentiu sobre 11 mortes ocorridas durante a ditadura militar.

— Nem todos os setores da sociedade têm interesse de que a informação flua de maneira mais democrática — afirmou Barra.

Senado procura manter a legislação atualizada

No Senado, os debates sobre internet também têm priorizado a universalização do acesso, principalmente com alta velocidade. O presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), Zeze Perrella (PDT-MG), lamenta que o setor de informática no Brasil esteja num patamar inferior ao dos países desenvolvidos, apesar dos preços mais altos.

— Vamos responder ao desafio da massificação dos serviços de banda larga — afirmou o senador.

Perrella mostra preocupação com a velocidade das inovações

e afirma que a legislação nunca pode ficar ultrapassada. Uma das prioridades da CCT, segundo ele, é evitar o descompasso das leis com a realidade.

Em abril, o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, participou de audiência pública na CCT para falar sobre metas para os dois próximos anos. Ele previu que o preço dos smartphones sofreria redução de até 30% devido à decisão do governo de deixar de cobrar PIS e Cofins para aparelhos de até R\$ 1.500, conforme publicado dia 9 no *Diário Oficial da União*.

Na audiência, o ministro afirmou que há 263 milhões de celulares no Brasil, dos quais 80% são pré-pagos. Segundo ele, as vendas de smartphones aumentaram 700% entre 2009 e 2012. O ministério estima que, até o ano que vem, os aparelhos cheguem à metade das vendas de celulares no país.

Sobre as ações que estão sendo desenvolvidas para oferecer banda larga barata e com qualidade, Paulo Bernardo citou a aprovação, no Senado, do projeto de Lei Geral de Antenas (PLS 293/2012), de Vital do Rêgo (PMDB-PB), que

permitirá o avanço da rede 4G, com mais velocidade nas conexões sem fio. A proposta agora aguarda votação na Câmara.









Em maio, a CCT ouviu o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), João Batista de Rezende. Ele anunciou que alguns dias depois seriam divulgados os primeiros resultados da medição da velocidade dos serviços de banda larga fixa em três estados: Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. As operadoras conseguiram cumprir as metas da Anatel (resultados aqui: <http://bit.ly/anatelbandalarga>).



Entre Paulo Bernardo e Rezende, Zeze Per

Até agosto, segundo Rezende, serão divulgados os resultados dos serviços de banda larga em todos os estados. O objetivo é dar ao usuário mais condições para escolher. Pelas regras, as

- Da preocupação com informações militares à exibição

Anos 1950	1960	1962	1969	1971	1973	1974	1983	1985	1988	1989	1992
<p>■ Surgem nos Estados Unidos os primeiros conceitos militares de troca de informações por meio de computadores, para descentralizar dados e evitar ataques que causem perda irreparável de documentos</p>	<p>■ AT&T cria um dataphone, que converte informações digitais em sinais analógicos para transmissão a longa distância</p> 	<p>■ Joseph Licklider, engenheiro do Instituto Tecnológico de Massachusetts (MIT), fala na criação de uma "rede integrálctica de computadores"</p> 	<p>■ Nasce a Arpanet, rede de conexão da Agência de Projetos de Pesquisa Avançada dos Estados Unidos</p> 	<p>■ O primeiro e-mail (já usando o @) é enviado por Ray Tomlinson, que trabalhava na implantação da Arpanet. A mensagem era "QWERTYUIOP" (letras do teclado, na ordem, para teste)</p> 	<p>■ São criados os protocolos TCP/IP, padrão de conexão que permitiu os atuais protocolos de internet</p> 	<p>■ Surge o termo internet, em dezembro, quando pesquisadores da Universidade de Stanford publicam a primeira especificação completa do TCP</p> 	<p>■ Todos os computadores que usavam a Arpanet trocam os antigos sistemas de pacotes pela tecnologia TCP/IP</p>	<p>■ Redes universitárias interconectadas em 56 kilobits por segundo (kbps) criam a National Science Foundation Network</p> 	<p>■ A rede começa a se abrir para interesses comerciais</p>	<p>■ Surge o hipertexto (links), conectando informações</p> <p>■ Tim Berners-Lee escreve a proposta inicial da internet e estabelece a primeira comunicação entre um servidor e um cliente HTTP</p>	<p>■ Tim Berners-Lee cria o www, hipertextos para permitir que várias organizações Europeias para a Pesquisa (Cern) acessem os mesmos documentos</p> <p>■ Tim Berners-Lee publica, em 18 de julho, a imagem na internet: funcionários da formavam a banda de paródia Les Horribles Cernettes</p> 

web



Foto: D. Castro/Porto EBC

pressionarem pela aprovação do marco civil

O governo tem tentado democratizar a internet. Há três anos foi lançado o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), para viabilizar acesso com velocidade de 1 mega a R\$ 35 mensais, beneficiando 40 milhões de pessoas em 4.278 municípios do Brasil até o fim de 2014. Limitações técnicas, porém, têm evitado que as metas estejam sendo atingidas e só 56% das cidades foram atingidas até agora. Freitas afirma que houve excesso de otimismo; Braga diz que faltam investimentos públicos.

Em julho, o governo pretende lançar o PNBL 2.0, orçado em R\$ 125 bilhões, e parte dos recursos serão investidos num satélite a ser lançado no fim do ano que vem. O sistema atenderá cidades onde as dificuldades para implantação da rede física são maiores, principalmente no Nordeste. A meta do governo é, em cinco anos, fazer a internet chegar a 90% dos domicílios.



Foto: José Cruz/Agência Senado

reella coordena debate sobre internet

empresas devem entregar no mínimo 60% da velocidade prevista em contrato para a banda larga — tanto fixa quanto na móvel. No ano que vem, o índice aumentará para 70%.

Economia digital representa 3,2% do PIB brasileiro

Estudo divulgado em abril pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) revela que a economia digital representa 3,2% do produto interno bruto (PIB) de Brasil, Argentina, Chile e México. Na União Europeia, a parcela chega a 5% do PIB. A secretária-executiva da Cepal, Alicia Bárcena, destacou a necessidade de promover a economia digital para avançar na redução da desigualdade.

Segundo a Cepal, as tecnologias da informação contribuíram para 14% do crescimento do PIB brasileiro entre 1995 e 2008. O estudo demonstra também que o comércio eletrônico tem crescido no país: visitas aos sites de compras alcançaram 91% dos internautas no Brasil.

— É difícil aferir números mais específicos, como a número de empregos gerado pela internet. Mas há dados que dão a dimensão do potencial: o segundo maior captador de anunciantes publicitários do Brasil hoje é o Google. Só perde para a Rede Globo — disse o consultor Freitas.

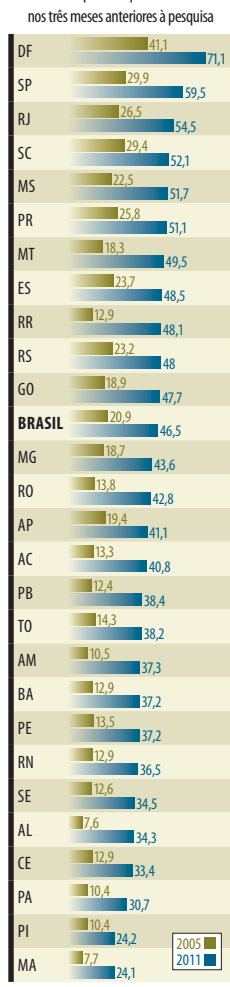
O ministro Paulo Bernardo vai além. Na opinião dele, empresas de internet vão engolir as de rádio, televisão e todas as mídias. Ele questiona o conceito de oligopólio e aponta a tendência de convergência de mídias. Nas palavras dele, “tudo vai virar uma coisa só, trafegando pela internet”.

No Brasil, a internet alcança atualmente 82,4 milhões de pessoas com mais de 16 anos de idade. Segundo o IBGE, o número de internautas brasileiros cresceu 143,8% de 2005 para 2011, período em que a população cresceu 9,7%. O acesso à internet continuava sendo maior entre os jovens, especialmente nos grupos etários de 15 a 17 anos (74,1%) e de 18 ou 19 anos de idade (71,8%). Os números do IBGE foram divulgados em 16 de maio, véspera do Dia Mundial da Internet, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2011.

Apesar de 53,5% dos brasileiros com mais de 10 anos de idade ainda não utilizarem a rede, a proporção de internautas aumentou mais nas classes de rendimento mais baixo (veja gráfico ao lado), na direção da democratização. Em 2011, dos 29,2 milhões de estudantes da rede pública, 19,2 milhões (65,8%) usaram a internet. Já entre os 8,4 milhões da rede privada, 8,1 milhões (96,2%) usaram a internet. Em 2005, os percentuais eram 24,1% e 82,4%.

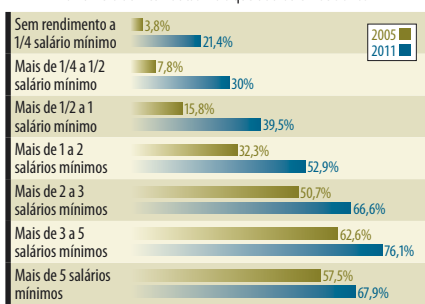
Acesso cresce

Percentual de pessoas que usaram internet nos três meses anteriores à pesquisa



Classes sociais

Entre os brasileiros com rendimento de até um salário mínimo, o número de internautas mais que dobrou em seis anos



Fonte: IBGE

Saiba mais

Site da Cern em comemoração aos 20 anos de web pública (em inglês)
<http://info.cern.ch>

Principais pontos do projeto de Marco Civil da Internet
<http://bit.ly/entendaMarcoCivil>

Apresentação do ministro das Comunicações na CCT em 9 de abril de 2013
<http://bit.ly/apresentacaoCCT>

Apresentação do presidente da Anatel na CCT em 7 de maio de 2013
<http://bit.ly/apresentacaoCCT2>

Revista *Em Discussão!* sobre expansão da banda larga (fevereiro de 2011)
<http://bit.ly/emDiscussao6>

IBGE: acesso à internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2011
<http://bit.ly/acessoInternet2011>

Veja as edições anteriores do *Especial Cidadania* em www.senado.leg.br/jornal

O que a internet está fazendo com nossos cérebros?

Não é exagero dizer que nesses 20 anos a internet mudou o mundo. A comunicação de massa ficou muito mais democrática, as fontes de informação multiplicaram e o espaço para debate se ampliou. Qualquer pessoa pode ser produtora e difusora de informação. Em contrapartida, é preciso ter mais cuidado ao receber qualquer notícia: checar, confirmar, filtrar.

— Em relação a comunicação e conhecimento, temos hoje outra sociedade. Há 20 anos, apenas um grupo restrito de autoridades e grandes empresas tinha condições de ter acesso a serviços de informação que hoje são oferecidos gratuitamente — disse Marcello Barra.

Mas há críticas às mudanças que a internet provoca. O jornalista norte-americano Nicholas Carr lançou, em 2011, o livro *A Geração Superficial: o que a internet está fazendo com os nossos cérebros*. Ele afirma que o excesso de informações oferecidas na internet tem causado impacto negativo na nossa capacidade de reter informações, tornando-nos rasos e superficiais. Com base em pesquisas, o autor argumenta que a rede está mudando a estrutura e o funcionamento do cérebro.

Barra discorda de Carr. Afirma que, pelo contrário, a internet difunde textos e resgata a palavra. Nesse novo contexto, até a venda de livros cresceu, segundo ele. O pesquisador da UnB acredita também que a internet não mudou a essência da estrutura da sociedade nem das relações de produção. Mas diz que, na questão dos contatos pessoais, as relações estejam ficando mais transparentes, mais honestas.

— As pessoas vão se revelando mais devido à exposição on-line. Além disso, como a internet dá vazão a muito mais informação, o autoconhecimento aumenta. A gente muda com informação e conhecimento — afirmou Barra.

Escritor afirma que as pessoas ficaram mais superficiais devido ao excesso de informações

io de fotos para amigos em redes sociais pelo celular

1993	1994	1996	2000	2001	2003	2004	2005	2006	2007	2010	2012
com jessas da a Nuclear nentos o, a primeira o, a Cern que les Cernettes	Em 30 de abril, a Cern torna as tecnologias da world wide web de domínio público e livre de royalties	A empresa norte-americana Netscape cria um protocolo HTTPS (Hypertext Transfer Protocol Secure), que garante o envio de dados criptografados Começam a surgir grandes portais, como Yahoo e AOL	Surge o ICQ, serviço de mensagens instantâneas que concorre com mIRC (1995) Surge o Hotmail, serviço de e-mail gratuito da Microsoft Começa o Google, como serviço de busca na internet	Justiça dos Estados Unidos manda fechar o serviço Napster, de compartilhamento de arquivos (música, imagens), mas surgem programas semelhantes, como o Kazaa e outros No Brasil, o iG lança o primeiro provedor de acesso grátis	Começam os primeiros serviços de acesso por banda larga Apple lança o iTunes, loja virtual de música	É lançado o Orkut, rede social do Google É lançado o Facebook, rede social que em 2012 atinge a marca de 1 bilhão de usuários ativos	1 bilhão de pessoas no planeta têm acesso à internet, segundo a empresa eMarketer Surge o YouTube, site de compartilhamento de vídeos	Começa o Twitter, rede social com textos de até 140 caracteres	É lançado o iPhone, celular da Apple com acesso à internet	Apple lança o iPad — um "iPhone expandido", segundo Steve Jobs	Celulares e tablets avançam para tornarem-se maioria como ferramenta de acesso à internet

Comissão sabatina indicados às embaixadas da Dinamarca e Libéria

Diplomata indicado para o Cazaquistão também será ouvido hoje pelos senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; se forem aprovados pelo colegiado, os nomes dos três indicados pelo Poder Executivo serão submetidos à votação do Plenário

A COMISSÃO DE Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) sabatina hoje três diplomatas indicados para chefiar embaixadas: Demétrio Bueno Carvalho para o Cazaquistão, o Turcomenistão e o Quirguistão; Marcus Camacho de Vincenzi para a Dinamarca e a Lituânia; e André Luiz Azevedo dos Santos para a Libéria.

Os relatórios das indicações foram lidos na última reunião da comissão, na terça-feira passada, quando foi concedida vista coletiva aos senadores para que pudessem analisar as propostas.

Nascido no Rio Grande do Sul, Demétrio Bueno Carvalho ingressou na carreira diplomática em 1983. Entre os cargos que ocupou ao longo da carreira, destacam-se o de subchefe da Divisão de Meio Ambiente, o de assessor especial da Presidência da República e o de conselheiro da embaixada em Londres e em Paris.

Se aprovado, assumirá a representação brasileira em três países da Ásia Central, cumulativamente — Cazaquistão, Turcomenistão e



Vista de Copenhague: Marcus Camacho Vincenzi é o indicado para ocupar a embaixada brasileira na capital dinamarquesa

Quirguistão, todas antigas repúblicas da União Soviética.

Marcus Camacho Vincenzi entrou para a carreira diplomática em 1966. Além de cargos ocupados no Brasil, Vincenzi integrou os quadros diplomáticos brasileiros em Washington, Bogotá, Londres, Nova York e Beirute. Agora deve chefiar a missão diplomática na Dinamarca, país em que a cooperação bilateral é promissora, principalmente

no âmbito acadêmico e nas áreas de energia renovável, mudança climática e agropecuária.

O terceiro sabatinado da reunião será André Luiz Azevedo dos Santos. O diplomata iniciou a carreira em 1993. No exterior, desempenhou, entre outras funções, a de vice-cônsul e cônsul-adjunto, a de ministro-conselheiro em Abuja (Nigéria), de cônsul-geral-adjunto em Paris e

de ministro-conselheiro em Riad (Arábia Saudita), onde permanece até hoje.

Azevedo deve assumir a embaixada do Brasil na Libéria, uma das primeiras nações africanas a estabelecer relações diplomáticas com o Brasil, mas que, atualmente, tem mantido pouca proximidade com o país.

A reunião da CRE está marcada para as 14h, no Plenário 7 da Ala Alexandre Costa.

Aloysio defende novas regras para cartões de crédito

Comerciantes e consumidores são submetidos a tarifas e taxas muito elevadas, disse Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), defendendo projeto dele que regulamenta o mercado de cartões de crédito e débito (PLS 180/2013 — Complementar).

O senador considerou inconstitucional a medida provisória que dá ao Banco Central a competência para a regulação e disse que o caminho mais seguro seria a aprovação de uma lei complementar.

De acordo com o projeto, o consumidor terá direito a desconto na compra à vista. As administradoras que oferecem recompensas aos usuários (como milhas em empresas aéreas) devem permitir a troca por desconto na fatura. O projeto também estabelece um teto de valor a partir do qual a tarifa de operação do cartão de débito passa a ser fixa.

Regulamentação dos direitos dos domésticos será debatida amanhã

Em meio a questionamentos sobre os efeitos para o caixa da Previdência de um corte na contribuição



Aloysio Nunes Ferreira

patronal, a regulamentação dos direitos dos empregados domésticos volta amanhã à discussão. O assunto está na pauta da comissão de consolidação de leis e de dispositivos constitucionais, que analisa o relatório do senador Romero Jucá (PMDB-RR) com propostas para a aplicação da emenda das domésticas.

Um dos principais pontos de preocupação dos integrantes da comissão é a indenização a ser paga pelo empregador ao empregado demitido. Jucá sugere a redução da alíquota da contribuição ao INSS dos atuais 12% para 8%.

Senado discutirá impacto no Brasil da nova Aliança do Pacífico

Por sugestão do senador Pedro Simon (PMDB-RS), a Comissão de Relações Exteriores (CRE) vai analisar as consequências da criação da Aliança do Pacífico.

Formado por México, Chile, Colômbia e Peru, o novo bloco regional está tomando uma série de medidas de liberação comercial entre os membros, visando à obtenção de vantagens competitivas.

O tema será discutido, por exemplo, numa audiência pública com o ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, ainda sem data definida.

Na quinta-feira passada, Simon abordou o assunto com o novo diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Roberto Azevedo, que falou na CRE. O senador quis saber qual será o impacto da Aliança do Pacífico no comércio exterior do Brasil e como o novo bloco regional influenciará o processo do Mercosul.

O novo diretor-geral da OMC aconselhou o Brasil a ser "mais competitivo", já que blocos como o da Aliança do Pacífico, com áreas de livre comércio, serão criados com maior frequência.

Comissão mista da MP sobre o acordo de Basileia 3 vota relatório

A comissão mista destinada a apreciar e emitir parecer sobre a medida que implementa as regras do acordo de Basileia 3 no sistema financeiro nacional votará hoje o relatório de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB).

O objetivo da MP 608/2013 é melhorar a capacidade das instituições financeiras de evitar crises como a de 2008, nascida de problemas no mercado de crédito imobiliário americano.

As regras buscam garantir que os bancos sejam mais seguros para os clientes, tanto pessoas físicas quanto empresas, e tenham recursos próprios suficientes para

enfrentar situações críticas.

Basileia 3 traz um conjunto de propostas para reformular a regulamentação bancária, lançadas em 2010 como parte de iniciativas do Fórum de Estabilidade Financeira (Financial Stability Board — FSB, em inglês), formado pelos integrantes do G-20. As regras ficaram conhecidas como Basileia por causa da cidade suíça onde está o Banco de Compensações Internacionais (BIS), formado por representantes de bancos centrais de diferentes países.

(Com informações da Agência Câmara)

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretora de Jornalismo: Virgínia Galvez

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Marco Antônio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Silvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Fundador do Grupo Abril e criador da revista *Veja* morreu anteontem, aos 76 anos. Plenário do Senado votará hoje pedido de pesar pelo falecimento do jornalista

Senadores lamentam morte de Roberto Civita

SENADORES APRESENTARAM ONTEM ao Plenário um pedido de voto de pesar pela morte do empresário e jornalista Roberto Civita e de apresentação de condolências à família dele. O pedido será votado hoje. Civita, fundador do grupo editorial Abril, morreu anteontem, aos 76 anos, por falência de múltiplos órgãos.

O pedido foi feito por Eduardo Suplicy (PT-SP) e assinado por outros senadores, como Luiz Henrique (PMDB-SC), Pedro Simon (PMDB-RS), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e Romero Jucá (PMDB-RR).

Suplicy lembrou a biografia do empresário, que nasceu na Itália e aos 14 anos mudou-se para São Paulo com os pais, que, em 1950, fundaram a Editora Abril. Formou-se em Jornalismo nos EUA e conseguiu um estágio na revista *Time*. Quando regressou ao Brasil, relatou o senador, Civita anunciou ao pai que queria fazer "uma revista de informação semanal como a *Time*, uma revista de negócios como a *Fortune* e uma revista como a *Playboy*". Em 1968, a revista *Veja* chegava às bancas.

— Nada o deixava mais emocionado do que recordar a

trajetória descrita pela primeira revista semanal de informação do Brasil. Ele, que a criou, foi o primeiro e único editor de *Veja*. Risonho, cordial, otimista, Roberto Civita sempre acreditou que nenhuma atividade vale a pena se não é realizada com prazer — disse o senador.

Por meio de nota, o presidente do Senado, Renan Calheiros, lamentou a morte de Civita:

"Roberto Civita foi um democrata por convicção e um empreendedor por natureza. Sua incessante busca pela liberdade de imprensa e compromissos com o Brasil tornaram a Editora Abril, sob sua direção, um dos maiores conglomerados de informação da América Latina. O grupo, que diversificou sua atuação em função da visão empresarial de Roberto Civita, perdeu seu grande mentor, e o Brasil perdeu um grande incentivador da liberdade, da democracia e da pluralidade. Tenho convicção de que seus herdeiros e sucessores saberão multiplicar seus compromissos com a liberdade de expressão".

Pedro Simon disse que tanto Civita quanto Ruy Mesquita, do jornal *O Estado de S. Paulo*, fizeram história na imprensa



O empresário Roberto Civita, num evento sobre liberdade de expressão em 2010

brasileira e foram protagonistas da história recente do país.

— Os editoriais do *Estado* e as capas da *Veja* pautaram a vida política nacional nos últimos tempos — disse o senador, acrescentando que, por muito tempo, ambos permitiram um aprofundamento da análise dos acontecimentos do país.

Páginas amarelas

Simon registrou ainda que as entrevistas das páginas amarelas de *Veja* refletem uma diversidade de opiniões, "procurando esclarecer e prestar serviço à sociedade sempre em torno de assuntos da atualidade que movimentam o país".

— Ruy e Civita derrubaram

presidentes da República através de entrevistas e editoriais. Derrubaram ministros e anularam procedimentos licitatórios em razão de fraudes — afirmou.

José Sarney (PMDB-AP) citou o papel de Civita na modernização da imprensa brasileira, com a criação das revistas *Realidade* e *Veja*.

— Ele não só fazia jornalismo como amava a arte do jornalismo, noticiando, afirmando ideias e sendo intransigente em suas convicções. Ele sabia o preço da liberdade. Ele era um devoto da iniciativa privada e também um grande defensor da revolução pela educação.

Sarney também mencionou as importantes contribuições

de Civita na educação, com a realização de investimentos nas editoras Ática e Scipione e em sistemas de ensino, como o Colégio Anglo.

— Roberto Civita tinha uma verdadeira dedicação e crença na revolução pelo ensino.

Ana Amélia (PP-RS), que foi jornalista por mais de 40 anos, também se pronunciou:

— Civita sempre apoiou uma causa essencial para a democracia e o desenvolvimento de qualquer nação: a liberdade de expressão, o livre acesso às informações e o ato independente de fazer comunicação.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) destacou "o compromisso inarredável" de Civita com a liberdade de imprensa.

— Foi uma pessoa dinâmica, inovadora, inconformista, um homem de profunda inteligência e sempre inquieto. Associei-me aqueles que lamentam profundamente a morte desse grande homem que tanto serviu à imprensa deste país.

Para Eduardo Braga (PMDB-AM), Civita foi um dos maiores comunicadores brasileiros.

— Em 55 anos dedicados ao Grupo Abril, Civita implantou revistas que marcaram época em nosso país.

Plano Nacional de Educação volta à pauta

O Plano Nacional de Educação (PNE) volta hoje à pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A matéria (PLC 103/2012) não foi votada nas duas últimas reuniões para permitir mais tempo de análise e negociação aos senadores. A comissão votará substitutivo apresentado pelo relator, José Pimentel (PT-CE), que tentou adequar as regras para cumprir a meta de investimento de 10% do PIB na educação.

Pimentel, que acatou algumas emendas apresentadas, observa que tentou incorporar ao PNE parte das disposições do Projeto de Lei 5.500/2013, em tramitação na Câmara, que destina 100% dos royalties do petróleo para a educação e mais 50% do Fundo Social do petróleo extraído da camada pré-sal.

Depois da CAE, o projeto passará pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Educação (CE), antes de seguir ao Plenário.



Texto do relator Pimentel destina 10% do PIB para o ensino

O PNE também estabelece uma série de obrigações para serem cumpridas no setor nos próximos dez anos. Entre as 20 metas originalmente estabelecidas, estão alfabetizar todas as crianças até, no máximo, os 8 anos de idade; oferecer educação em tempo integral em 50% das escolas públicas de ensino básico; e formar 50% dos professores da educação básica em nível de pós-graduação.

A comissão também deverá analisar substitutivo de Armando Monteiro (PTB-PE) ao PLC 137/2010, que permite ao empregado deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário, para acompanhar filho de até 12 anos em caso de doença. Armando apresentou emenda para que tal tipo de licença seja objeto de negociações coletivas entre empregador e empregado.

A CAE deverá examinar ainda, em decisão final, o PLS 300/2005, estabelecendo que a taxa de juros cobrada sobre empréstimos consignados em folha a aposentados não excedam em cinco pontos percentuais ao ano a taxa básica da economia (Selic). O projeto de Paulo Paim (PT-RS), que tem Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) como relator, exclui do limite de cinco pontos percentuais os acréscimos tributários, os juros de mora e os custos associados à recuperação do crédito.

Orientação vocacional pode ser incluída no currículo escolar

A reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) marcada para hoje, às 11h, tem 14 itens na pauta de votações. O primeiro é o PLS 228/2012, de Cyro Miranda (PSDB-GO), que inclui a orientação vocacional no currículo do ensino médio.

Cyro afirma na justificativa da proposta que a escolha de uma profissão ou carreira envolve interesse pessoal, aptidões específicas e formação adequada. Ressalta ainda a expectativa de que a medida leve à redução "de vagas desperdiçadas com escolhas equivocadas".

Também está na pauta da comissão o PLS 124/2007, de Lúcia Vânia (PSDB-GO), que tem o objetivo de permitir a concessão de desconto aos universitários que já pagaram pelo menos 75% da dívida com o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies).

O brasileiro está com sede de indignação, diz Cristovam

Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou ontem que o Brasil é um país que, historicamente, se caracteriza por não manifestar indignação diante dos absurdos. Ele lembrou que os brasileiros assistiram a quatro séculos de escravidão sem manifestar espanto e, mesmo nos dias de hoje, presenciam enormes injustiças sociais sem se indignar.

Cristovam reconheceu que tem surgido no país a indignação em relação à corrupção dos homens públicos, mas ressaltou que o Brasil só começará a mudar quando as pessoas começarem a se indignar também diante do analfabetismo de adultos e diante das escolas sem qualidade.

Ele disse acreditar que a principal tarefa de um político no Brasil, hoje, é despertar no povo a capacidade de indignação.

Mozarildo presta homenagem ao município de Caracarái

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) prestou homenagem a Caracarái (RR), que completa 58 anos de emancipação.

Segundo Mozarildo, Caracarái foi o segundo município de Roraima, criado logo depois da capital, Boa Vista. Ele disse que viveu em Caracarái

os primeiros anos de sua infância porque seu pai foi nomeado administrador do porto da cidade. De acordo com o senador, o porto tinha

grande importância para a economia de Roraima, já que por lá saía a carne bovina para outros estados.

Ele também disse que o

prefeito da cidade, Enildo Dantas Júnior, tem o desafio de melhorar as condições de vida dos habitantes da região, principalmente na área da saúde.

Aniversário da lei ambiental será debatido em comissão

Em vigor há um ano, Código Florestal é criticado por ambientalistas que dizem que anistia a desmatadores foi seu único efeito. Cadastro de registro de propriedades ainda não está completo

DEVERÁ SER VOTADO hoje requerimento de Blairo Maggi (PR-MT) para a realização de debate sobre os desdobramentos do Código Florestal (Lei 12.651/2012), que está completando um ano de vigência. A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, é uma das convidadas previstas para a audiência, marcada para 4 de junho na Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Blairo, presidente do colegiado, sugere que sejam convidados, entre outros, a senadora Kátia Abreu (PSD-TO), presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); e Paulo Montinho, diretor-executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam).

Devem ser discutidos os programas de regularização ambiental nos estados para as propriedades rurais que desmataram ilegalmente áreas protegidas até julho de 2008. A implantação dos programas depende da criação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), que vai registrar todas as propriedades do país.

A demora na efetiva implementação do Código Florestal foi criticada em texto publicado esta semana por André Lima, assessor especial de Políticas Públicas do Ipam, e pelo diretor-executivo da



Lecira Pinheiro/Ipam

Código apenas beneficiou quem desmatou antes de 2008, dizem críticos

entidade, Paulo Montinho.

Os autores afirmam que “muita coisa foi dita, mas pouco foi feito” e insinuam que o maior interesse do código seria anistiar o passivo ambiental de cerca de 40 milhões de hectares de Cerrado e florestas desmatados ilegalmente antes de julho de 2008.

Jorge Viana (PT-AC), um dos relatores do projeto que deu origem ao Código Florestal,

rebateu as críticas e destacou a dificuldade de acompanhar 5,1 milhões de propriedades, a maioria de agricultores familiares.

O senador sustentou que o programa dará oportunidade a aqueles que fizeram desmatamento ilegal e consumiram as áreas de reserva legal com atividade produtiva para que se comprometam com a recomposição florestal.

Projeto regulamenta rastreamento de pessoas

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) examina em decisão terminativa, hoje, a partir das 9h, projeto do deputado Valdir Colatto (PMDB-SC) que permite utilização de redes de telefones celulares para localizar pessoas.

A proposta (PLC 54/2012) permite que prestadoras de serviços de telefonia móvel aluguem redes para a implantação de serviços de localização pelo sistema de posicionamento global (GPS), por meio do qual pessoas que tenham celulares cadastrados poderão ser rastreadas.

Na justificativa da matéria, Colatto observa que os casos de

pessoas perdidas são um problema grave no mundo atual devido, sobretudo, ao crescimento das cidades e ao vertiginoso crescimento populacional.

“A perda de contato com um ente familiar é uma das situações mais dramáticas que podemos enfrentar nos dias atuais. Porém, apesar da frequência com que isso acontece, ainda não temos meios eficazes para localizar pessoas que estão desaparecidas, que, em geral, são aquelas com dificuldade de

locomocão, como idosos, ou com limitações de natureza mental”, diz.

Desastres climáticos

O colegiado pode votar ainda, também em decisão terminativa, substitutivo de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 490/2009, que prevê a divulgação obrigatória pelas concessionárias de TV, rádio e telefonia celular de alertas sobre a possibilidade de ocorrência de desastres climáticos.

A proposta original, do ex-senador Raimundo Colombo, sugeria a criação do Centro de Prevenção de Desastres Climáticos (CPDC).

O órgão federal atuaria como centro de informações de utilidade pública para alerta da possibilidade de catástrofes climáticas, como tempestades, inundações e incêndios florestais.

Rollemberg, pondera, no entanto, que propor a criação de órgão na esfera do Executivo é medida de iniciativa privativa do presidente da República. Embora reconhecendo a importância do projeto, o vício de constitucionalidade impediria o avanço da matéria.

Usuários de celular cadastrados poderão ser rastreados pelo envio de mensagens



Braga: preço do refrigerante pode cair

Redução do IPI do açaí e guaraná beneficiará consumidor, diz Braga

Em discurso ontem, Eduardo Braga (PMDB-AM) comemorou a redução da alíquota do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) de extratos concentrados de açaí e guaraná. Ele fez referência ao Decreto 8.017/2013, que reduz pela metade o IPI dos produtos. A grande inovação, segundo Braga, é o fato de o decreto ter “aberto a porta” para que o extrato de outras frutas tropicais figure no incentivo.

— O alívio fiscal poderá resultar em uma redução dos preços de refrigerantes para o consumidor final. O valor da renúncia também poderá ser usado pelas empresas em investimentos na produção — afirmou.



Senador destaca exportações de SC

Luiz Henrique ressalta efeitos da saúde animal nos negócios

Em discurso ontem, Luiz Henrique (PMDB-SC) afirmou que o empenho e os investimentos em relação à saúde animal em Santa Catarina continuam rendendo bons negócios para o estado.

O senador lembrou que, em 2007, quando era governador, Santa Catarina recebeu da Organização Mundial de Saúde Animal o Certificado de Estado Livre de Aftosa sem Vacinação.

Depois do feito, informou, ampliou-se o número de países interessados em comprar carnes de Santa Catarina, principalmente de frango e suína. Em breve, os Estados Unidos e o Japão começarão a comprar carne suína produzida no estado.



Casildo quer investimento em prevenção

Casildo relata presença em evento sobre desastres naturais

Casildo Maldaner (PMDB-SC) relatou ontem a participação na 4ª Plataforma Global de Redução de Riscos em Desastres Naturais, semana passada em Genebra, Suíça. O principal tema do encontro foram os mecanismos e investimentos em prevenção e recuperação a desastres naturais.

Casildo lembrou que o Brasil é um dos 168 signatários do Plano de Ação de Hyogo, tratado internacional que prevê ações até 2015 para redução dos impactos dos desastres naturais e preparação das comunidades. O parlamentar disse que o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres Naturais prevê investimentos de R\$ 18,8 bilhões até 2014.



Senador relata melhoria de vida no Acre

Anibal comemora sucesso dos pequenos negócios no Acre

Anibal Diniz (PT-AC) elogiou ontem em Plenário o sucesso dos pequenos empreendimentos criados no Acre a partir de parceria da Secretaria de Pequenos Negócios do governo do estado e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Segundo o parlamentar, o Acre já tem 8 mil pequenos negócios em funcionamento e uma média de êxito no setor sete pontos percentuais maior do que a média nacional.

— A maior parte das famílias que aderiram aos pequenos negócios melhorou de vida, porque passou a ter um incremento de renda fundamental para a sobrevivência — afirmou o senador.



Vanessa pede defesa do nome amazon

Vanessa volta a criticar intenção da Amazon de registrar domínio

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) pediu ontem empenho do Congresso e da população para impedir a multinacional de comércio eletrônico Amazon de obter o registro exclusivo de domínios com o nome. Países da região alegam que o domínio não pode ser destinado a uma empresa privada, já que faz referência ao Rio Amazonas e à Floresta Amazônica.

— Não basta um envolvimento do Poder Executivo nessa questão. Não basta o governo dizer-se contrário a essa medida. É preciso que façamos uma mobilização no Parlamento brasileiro, é preciso que façamos uma mobilização na própria internet, envolvendo o povo — conclamou.